

1. Introdução

A Revolução Keynesiana mais do que uma revolução do campo de pesquisa em Economia representa no campo das idéias sociais a consolidação do ponto de vista de que teria havido uma mudança fundamental nas condições existentes no capitalismo do século XX em relação ao do século anterior. Tal consciência manifestada por Keynes é também um ponto de partida para se compreender seu empenho na construção de uma nova doutrina capaz de por em xeque o pensamento dominante, ou seja, o liberalismo econômico e seus dogmas de orçamento equilibrado, padrão-ouro e livre comércio.

Estudos recentes em história econômica tem reavaliado o impacto das idéias keynesianas na prática; exemplos desta literatura são Clarke (1988), Furner & Supple (1990), e Hall (1989). As abordagens tomam a idéia de que a inovação teórica, associada à **Teoria Geral** é ponto de partida das transformações que ocorreram no âmbito do pensamento econômico, das medidas de política econômica e no quadro da política partidária propriamente dita. Embora importante para a caracterização do contexto do período histórico a política partidária não é determinante no sucesso das idéias keynesianas, entendidas como uma mudança de regime de políticas¹.

A noção de doutrina utilizada na análise a seguir segue aquela detalhada em Furner & Supple (1990, p.13): *"são crenças culturais e valores, abarcando preceitos morais, convicções políticas, expectativas sociais e máximas cotidianas que as pessoas desenharam ao julgar questões relativas à economia. ... É o tipo de conhecimento econômico a que toda pessoa é primeiramente exposta, e a maior parte, incluindo economistas e burocratas, mantém durante toda a vida ao largo e subjacente às formas de conhecimento econômico mais sofisticadas"*.

Assim tanto as discussões de teoria econômica como aquelas sobre medidas específicas estariam impregnadas em uma determinada doutrina. A medida que a revolução keynesiana avançava no desenvolvimento da teoria e das medidas de política econômica traria consigo uma nova doutrina.

É no período entre as guerras que começa a ser gestado um novo sistema de idéias que admitia a irreversibilidade da situação em relação ao auge do Império Britânico ocorrido até a Primeira Guerra. Ao buscar um novo modelo Keynes se opôs tanto àqueles que não percebiam a profundidade das mudanças, como àqueles que mesmo concordando procuravam a restauração da situação anterior. Nesse espírito Keynes protestou contra o retorno ao padrão - ouro após a I Guerra, defendendo reformas monetárias compatíveis com a situação então existente; trabalhou no sentido de ampliar o espaço de gestão dos recursos orçamentários defendendo um orçamento equilibrado ao longo do ciclo econômico; porém sempre vacilou em defender ações protecionistas explícitas por parte do governo.

O objetivo deste artigo é oferecer um quadro da estratégia argumentativa adotada por Keynes na construção de uma nova doutrina econômica. Os argumentos que caracterizam a doutrina Keynesiana podem ser encontrados na sexta parte da **Teoria Geral**, onde Keynes procurou traçar os principais elementos de uma doutrina alternativa ao Laissez-Faire baseando-se em parte num resgate da doutrina Mercantilista. A estratégia adotada foi a reinterpretação da doutrina do "Laissez-Faire" e uma reabilitação das "verdades" do Mercantilismo, caracterizando a primeira com a "ortodoxia" e a segunda com "heterodoxia". Esses termos são também usados em referência a teoria e a política econômica, mostrando como a luta de Keynes contra as "ortodoxias" leva o leitor da **Teoria Geral** na busca do novo

¹ Para uma análise da política partidária, ver Clarke (1988, pp.75-102). Até as eleições gerais de 1929 Keynes esteve empenhado na formação da linha de ação do Partido Liberal.

enquadramento dos problemas econômicos.

Para construir o quadro da estratégia argumentativa de Keynes o artigo discute na próxima seção a reinterpretação da doutrina do Laissez-Faire feita por Keynes. Suas críticas ao Laissez-Faire precedem, em muitos anos a publicação da *Teoria Geral*, e podem ser encontradas já no artigo publicado pela primeira vez em 1926 como um panfleto em "*The End of Laissez-Faire*". De fato boa parte dos argumentos contidos nos capítulos desta parte do livro já estavam presentes na primeira versão de 1932 intitulada *Teoria Monetária da Produção* (C.W. XIII, p.331). O maior acréscimo ocorrido foi justamente no capítulo 23 sobre Mercantilismo, boa parte devido a leitura do trabalho de Eli Heckscher *Mercantilism*². A seção seguinte trata especificamente da reinterpretação de Keynes do mercantilismo. A quarta seção trata dos conteúdos específicos da agenda keynesiana e na quinta e última seção discute-se algumas limitações da reinterpretação de Keynes.

2. A Interpretação de Keynes do Laissez-Faire.

Entre as principais transformações ocorridas podem ser indicadas a separação da propriedade e gestão - com o desaparecimento do Capitão de Indústria e da Cavalaria Econômica³; a incerteza advinda com a I Guerra, colocando em cheque a racionalidade do sistema Vitoriano, que era baseada no tripé: trabalho-abstinência-previsão⁴; declínio relativo das oportunidades de investimento frente a expansão das colônias⁵. Esta explicação estaria associada a uma tese estagnacionista ou protecionista alinhavada em seu depoimento ao Comitê Colwin em 1924⁶, onde Keynes apontava para problemas de funcionamento no mercado financeiro e na legislação sobre investimentos que favorecia os investimentos em serviços públicos nos governos coloniais, que captavam recursos no mercado britânico oferecendo títulos securitizados, enquanto os investimentos domésticos teriam de competir em remuneração com os investimentos no exterior, lançando títulos de curto prazo não securitizados.

Para Keynes o "*problema político da humanidade é combinar três coisas: eficiência, justiça social e liberdade individual.*" (C.W. IX, p.311).

O estabelecimento das liberdades individuais e do direito a propriedade tiveram o papel de questionar a supremacia dos monarcas e da igreja, atribuindo uma nova significância às relações contratuais entre indivíduos. Juntamente com este movimento estabeleceu-se também a noção de "*Laissez-faire*", entendido como quanto menor a interferência do governo nos assuntos privados melhor seriam os arranjos para ambas as partes. Por extensão, se os indivíduos podem contratar entre si o que melhor lhes convém a sociedade como um todo estará melhor sem a interferência dos governos nas atividades privadas.

Assim os objetivos de eficiência e liberdade individual estariam contemplados segundo

² Keynes comenta sobre a escolha deste trabalho na nota de rodapé da página 341 (C.W. VII) nos seguintes termos: "O professor Heckscher é um adepto da teoria clássica como um todo e muito menos simpático às teorias mercantilistas do que eu sou. Então, não há risco de que sua escolha de citações tenha tido viés algum por um desejo de ilustrar sua sabedoria."

³ "Mas essa figura está se tornando um ídolo sem brilho. Temos cada vez mais dúvidas se ele nos conduzirá pela mão ao paraíso." (C.W. IX, p.287)

⁴ "Muitos dos maiores males do nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. E é por causa de certos indivíduos, afortunados em aptidões ou na sua situação, capazes de tirar vantagem da incerteza da ignorância, e também por isso os grandes negócios se tornam uma grande loteria, que surgem grandes desigualdades de riqueza;" (C.W. IX, p.291)

⁵ Skidelsky(1975) diferencia entre mudanças psicológico-sociais e econômicas. Psicológico-sociais seriam o abalo das crenças de auto-justificação dos capitalistas pela abstinência e poupança; e econômica as relativas ao declínio das oportunidades de investimento.

⁶ Sobre a participação de Keynes no Comitê Cowlin veja-se C.W. XIII, pp. 295-322.

esta doutrina. Porém ela se apegava à concorrência de mercado como um mecanismo de seleção "Natural", que se contrapunha ao objetivo de justiça social. Keynes traça o paralelo entre a atração sexual como elemento condutor da seleção entre espécies e a atração pelo ganho monetário como propulsor da concorrência nos mercados. A habilidade de obter lucros garantiria a sobrevivência dos melhores adaptados. Se por um lado se perde em justiça social porque o sucesso dos mais aptos se faz à custa da eliminação dos menos capazes, a maior eficiência que acompanha o processo de concorrência conduziria a maiores benefícios a todos.

Tal doutrina praticamente pressupõe o livre comércio como uma universalização dos princípios de não interferência pelos estados-nacionais nos negócios privados, generalizando a eficiência do processo competitivo em âmbito mundial.

Segundo Keynes o que explicaria o domínio da Doutrina do *Laissez-Faire* do ponto de vista da história das idéias, mesmo quando as condições predominantes no capitalismo do século XX já não mais a corroboravam, estava assentado em duas razões diferentes: razões materiais e razões intelectuais.

Em determinado momento histórico a doutrina esteve relacionada com fatos reais, entre eles a incompetência e corrupção dos governantes nos séculos XVII e XVIII. Esta teria justificado o preconceito dos homens práticos quanto à interferência em negócios privados e à incompetência da iniciativa estatal. De fato, todos os grandes empreendimentos econômicos feitos por empresas privadas teriam sido muito mais bem sucedidos que as empreitadas governamentais no período.

Mas é no plano da legitimação das idéias que Keynes vai encontrar as principais razões para o sucesso da doutrina. Ao conciliar a busca do auto-interesse com o bem comum a doutrina oferece legitimação para o "egoísmo". Tal legitimação encontra respaldo nas crenças religiosas, onde a providência é vista como virtude, mas também é legitimada pela teoria econômica, que dá suporte racional à busca do lucro privado como uma atividade socialmente benéfica.

No plano das idéias existiria ainda um mecanismo realimentador dessa crença, pois, uma vez constituído o preconceito contra a intervenção do governo este seria recalcado a cada iniciativa frustrada. Mesmo que os acertos fossem maiores que os erros persistiria a descrença dos homens na ação do Estado.

Uma outra razão de natureza intelectual para o domínio do *Laissez-Faire* estaria na fraqueza das alternativas. Tanto o protecionismo como o comunismo não constituíam sistemas intelectuais à sua altura. O protecionismo, embora plausível, uma vez que representava diretamente a defesa de interesses de grupos, não poderia constituir-se num sistema alternativo pois não daria à nação garantias de que os benefícios se estenderiam a todos como sob livre-comércio.

Já o comunismo, ou socialismo de estado, nem ao menos seria uma doutrina plausível, pois estaria baseado numa promessa de justiça social, com sacrifício da liberdade individual e da eficiência econômica.

A principal crítica de Keynes não se referia aos méritos do sistema intelectual, mas sim que a doutrina do *Laissez-faire* não era adequada às condições do capitalismo vigente no pós-primeira guerra. Essa crítica, explicitando as observações gerais acima apontadas, foi detalhada por Keynes através de seis "Hipóteses Subjacentes" ao funcionamento do sistema econômico que devem ser satisfeitas na realidade efetiva:

i) As unidades de produção e consumo devem ser de tamanho tal que, tomadas individualmente, não seja possível a imposição de restrições em preços ou quantidades umas às outras (tomadores de preços);

ii) Os custos gerais devem ser desprezíveis e não pode ocorrer produção conjunta (externalidades);

iii) Inexistência de economias internas de escala;

iv) Inexistência de defasagens significativas no tempo de ajustamento da produção;

v) inexistência de incerteza impedindo o cálculo econômico;

vi) inexistência de coalizões e arranjos distorcendo as condições de barganha. (C.W. IX, pp. 284-85)

Da inadequação dessas hipóteses à realidade decorre uma crítica, não ao *Laissez-Faire* como doutrina, mas aos economistas que na defesa da doutrina atribuíram um caráter normativo a estas hipóteses. Opera aí uma inversão. Aquilo que deveria representar uma descrição de como "é" a economia na realidade, torna-se uma prescrição de como ela deveria ser. Esse é o caso de como se aborda a rigidez dos salários nominais:

"Os sindicatos são fortes o suficiente para interferir com o livre jogo das forças de oferta e procura, e a opinião pública, embora com um murmúrio e com mais que uma suspeita de que os sindicatos estão crescendo perigosamente, apóia os sindicatos na sua contenda principal de que os mineiros de carvão não devem ser vítimas de forças cruéis que eles nunca puseram em movimento." (C.W. IX, p.305)

Da mesma forma, os economistas ao assumirem indevidamente os pressupostos do *Laissez-Faire* não consideraram certos custos sociais da luta competitiva. Um exemplo dos custos sociais negligenciados seria dado pela conclusão de que o desemprego era um resultado "natural" de decisões alocativas incorretas. O desemprego generalizado seria por consequência resultante de um processo generalizado de erros de previsão, e só enquanto tal poderia ser explicado.

Uma outra crítica se dirige ao pressuposto de que a defesa do auto-interesse é esclarecida, ou seja, que os indivíduos possuem os meios e informação suficientes para buscar seu auto interesse sem prejudicar os demais desnecessariamente. No processo competitivo muito frequentemente um indivíduo destrói, sem se preocupar, os meios e informações necessários para outros (externalidades negativas). Esta última crítica resulta também na rejeição dos princípios da "*Economic Chivalry*" professados por Marshall.

Note-se que Keynes não incluí nas razões para rejeição do *Laissez-Faire* como doutrina o declínio das possibilidades de investimento na Grã-Bretanha, embora esta tenha sido uma das principais razões práticas para sua mudança de atitude.

A rejeição do *Laissez-Faire*, já na metade dos anos vinte, não produziu imediatamente em Keynes uma doutrina alternativa. Durante os mais de dez anos que separam o artigo da **Teoria Geral**, as críticas de Keynes seguiram na linha de questionar os preconceitos estabelecidos pela doutrina ortodoxa que impediam a adoção de políticas "inteligentes" e "sensatas". Embora os argumentos contra a ortodoxia sejam basicamente os mesmos durante este período, é somente na

Teoria Geral que uma doutrina alternativa é buscada. Enfoca-se a seguir os argumentos utilizados no capítulo 23 da **Teoria Geral** para resgatar a legitimidade de um neo-mercantilismo.

3. Os Elementos da Doutrina Neo-Mercantilista.

Keynes se refere aos mercantilistas como pioneiros do pensamento econômico que elaboraram um sistema de máximas baseados na sabedoria prática e sem muita reflexão sobre os seus pressupostos e consequências teóricas. Nunca supuseram a existência de mecanismos automáticos de correção do sistema econômico e estavam alertas da falácia da competição por preços, que poderia tornar os termos de troca desfavoráveis para o país. Os mercantilistas entendiam como "medo de bens" e a escassez de moeda poderia causar desemprego, e não tinham ilusões quanto ao caráter nacionalista de suas políticas. A busca de vantagens e força para a nação era um objetivo político explícito.

Além dessas posições gerais, não por acaso compartilhadas pela "filosofia social" decorrente da **Teoria Geral**, Keynes identifica as razões para a defesa das leis de Usura com mais um ponto positivo nas posturas mercantilistas:

"Havia sabedoria na sua preocupação intensa com a manutenção de uma baixa taxa de juros por meios de leis de usura (às quais voltaremos mais tarde neste

capítulo), pela manutenção de um estoque doméstico de moeda desencorajando aumentos na unidade de salário; e na sua prontidão, como um último recurso, de restaurar o estoque monetário por desvalorização, se este tivesse se tornado claramente deficiente em virtude de uma drenagem estrangeira inevitável, um crescimento da unidade salarial, ou qualquer outra causa." (C.W. VII, p.340)

Da mesma forma que Malthus teria sido capaz de antecipar o problema da teoria monetária dos juros sem lhe dar solução teórica adequada, os mercantilistas anteciparam a linha de ação prática mais adequada sem estabelecer os fundamentos teóricos da ação. Caberia a Keynes introduzir os elementos de "*verdade científica na doutrina mercantilista*". Entre eles estariam três teses, parafraseadas da **Teoria Geral**:

- Tese 1 - Numa sociedade onde o investimento direto pelo estado não está em discussão, os objetivos econômicos com os quais é razoável que o governo se preocupe são a taxa de juros doméstica e a balança de comércio exterior. (C.W. VII, p.335)
- Tese 2 - Numa sociedade com estabilidade de salários nominais, com estabilidade da relação renda-consumo e preferência pela liquidez, além de um sistema monetário que relaciona a quantidade de moeda de forma rígida com a quantidade de metais preciosos, será essencial que as autoridades busquem uma balança de comércio exterior favorável para garantir a prosperidade do país. (C.W. VII, p.337)
- Tese 3 - Mas, se um resultado favorável é um elemento de estímulo a atividade, como um resultado desfavorável conduz à depressão, não se segue que uma política de restrições de importação seja um meio de promover uma balança favorável. Somente através de processos de investigação detalhados e de decisões inteligentes é que mecanismos de proteção como as tarifas podem atingir o fim esperado, sem ocasionar perdas das vantagens realmente proporcionadas pelo comércio internacional. (C.W., pp.338-9)

Por essas teses nota-se que a doutrina keynesiana não nega alguns dos resultados mais significativos atingidos no âmbito do livre comércio internacional, ao mesmo tempo que revê as antigas desconfianças sobre a capacidade dos governos de agir de maneira competente. Keynes preferia concentrar o peso de sua crítica na inadequação dos fundamentos teóricos do *laissez-faire*:

"doutrina ... segundo a qual fui criado e a qual ensinei por muitos anos; - contra a noção de que a taxa de investimento e o volume de investimento são auto-ajustáveis ao nível ótimo, de modo que a preocupação com a balança comercial é uma perda de tempo, pois nós, os professores de Economia, nos tornamos culpados do presunçoso erro de considerar como obsessão pueril o que durante séculos foi objetivo principal da arte de governar." (C.W. VII, p.339)

Em várias ocasiões Keynes desenvolveu o que ele considerava as linhas gerais de ação para o estado nas condições vigentes do capitalismo. Mas tal definição não pode ser entendida num plano genérico, trata-se na verdade de uma agenda de governo para a Grã-Bretanha, formulada diante das condições políticas e econômicas vigentes no período entre guerras. A maioria dos trabalhos onde o papel do Estado é discutido são textos de discussão partidária, tentando influenciar a linha de atuação do Partido Liberal. A visão das tarefas a serem desenvolvidas aparecem sempre no contexto de uma Agenda de Ação do Partido Liberal. O objetivo da próxima seção é explorar essa agenda e relacioná-la com os outros elementos da doutrina.

4. O Estado de Bem-Estar e a Nova-Agenda de Keynes.

Ao procurar reconstruir a doutrina de Keynes a partir de textos tão diversos como a

Teoria Geral ou o artigo "*Am I a Liberal?*" corre-se o risco de confundir planos de abstração distintos. Mesmo assim acredito que os textos fornecem material com consistência suficiente para a uma interpretação da agenda para atuação do estado gerada pela doutrina Keynesiana. Início pela redefinição do problema político, que como vimos acima numa citação de "*Am I a Liberal?*", era definido pela conciliação da eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. Quando chega-se ao final da **Teoria Geral** o problema é enunciado de forma mais precisa:

"Os dois principais defeitos de sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas. (C.W. VII, p.372)

Muito se tem afirmado que os regimes autoritários da Europa teriam antecipado a adoção de medidas keynesianas de combate a esses males. Isto, entretanto, não condiz com a doutrina keynesiana, pois Keynes propunha que cada um dos elementos teria de ser ponderado:

"Os regimes autoritários contemporâneos parecem resolver o problema do desemprego à custa da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência - e na minha opinião uma consequência inevitável - do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade." (C.W. VII, p.381)

Como nas críticas encontradas em "*The End of Laissez-Faire*" o objeto principal de reforma é o caráter individualista do capitalismo. Esse caráter individualista seria agravado por processo degenerativo na sucessão de gerações que teria conduzido ao comando da grande indústria dirigentes sem o mesma fibra dos fundadores⁷. A necessidade de controle social do investimento traria então novos desafios à administração pública:

"Os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão, naturalmente, uma considerável extensão das funções tradicionais de governo. A par disso, a própria teoria clássica moderna chamou a atenção sobre as várias condições em que pode ser necessário reprimir ou guiar o livre jogo das forças econômicas. Todavia, subsistirá ainda uma grande amplitude, que permita o exercício da iniciativa e responsabilidade privadas. Nesse domínio, as vantagens tradicionais do individualismo continuarão sendo válidas." (C.W. VII, pp.379-80)

É importante notar que, no âmbito da **Teoria Geral**, quando se refere à redefinição das funções do governo Keynes não trata propriamente das políticas sociais, mas especificamente dos mecanismos de controle de demanda agregada. Esse ponto é importante de ser frisado, porque a ausência das políticas sociais na nova agenda de intervenção do Estado deve-se ao fato não mais serem elementos inovadores. A idéia do liberalismo do século XIX de um Estado Mínimo já havia sido abandonada na política britânica dos anos 30. Citando novamente "*Am I a Liberal?*" pode-se ver até que ponto o chamado Estado de Bem-Estar Social era parte do consenso político:

"Liberdades civis e religiosas, franquias⁸, a questão irlandesa, autogestão das colônias, o poder da Casa dos Lordes, impostos progressivos sobre as rendas e fortunas, o uso profuso das receitas públicas para "reformas sociais", isto é, seguro social para doenças, desemprego e velhice, educação, habitação e saúde

⁷"Elas [as grandes corporações] estão se socializando à medida que o tempo passa. Não que isso se constitua em ganho certo. As mesmas causas promovem o conservadorismo e o declínio da empresa. De fato, já tivemos nesses casos muitos dos defeitos, bem como as vantagens, do socialismo de Estado." (C.W. IX, p.290)

⁸Constitui-se na extensão do direito a voto a cidadãos sem rendimento mínimo.

pública- todas as causas pelas quais o Partido Liberal lutou ou foram bem sucedidas ou tornaram-se comuns a todos os partidos." (C.W. IX, pp. 297-8)

Os três principais elementos inovadores de políticas colocados em "*The End of Laissez-faire*", obedecendo o critério de que seriam intervenções do governo em áreas em que os indivíduos não podem atuar, eram o controle monetário, controle da poupança e investimento e controle populacional. Este último, sendo uma face do Neo-Malthusianismo de Keynes, não recebeu tratamento mais detalhado desde então⁹. Já na área de controle monetário e do investimento a Doutrina de Keynes, embora se mantenha coerente no sentido de preconizar determinado padrão de intervenção das autoridades monetárias e a socialização dos investimentos, será imensamente fortalecida pela evolução teórica ocorrida com a publicação do *A Treatise on Money* e posteriormente com a *Teoria Geral*.

5. Considerações Finais

Alguns críticos têm argumentado que tal reconstrução do Mercantilismo é repleta de falhas interpretativas, e o mesmo tipo de críticas pode ser feito sobre a reconstrução da doutrina do Laissez-Faire, esboçada principalmente no ensaio de 1926. Wilson (1975) resume a base dessas críticas, vindas principalmente de historiadores:

"Keynes, como um cientista social, via as coisas muito diferentemente [dos historiadores], procurando sempre na história indicações do presente, espelho para os problemas de hoje. Fay certa vez disparou: 'Keynes não acreditava na história, ele só queria usar partes dela para seus próprios propósitos'." (Wilson 1975, p.230)

Mas os problemas surgidos na interpretação de Keynes sobre a doutrina mercantilista receberam uma resposta de Heckscher incluídos numa edição revista de seu *Mercantilism* num apêndice sobre a *Teoria Geral*¹⁰. Heckscher explora a fraqueza da interpretação de Keynes analisando principalmente o seguinte parágrafo da *Teoria Geral*:

"É impossível estudar as noções às quais os mercantilistas foram levados pela suas experiências sem perceber que tem havido, ao longo da história da humanidade, uma tendência crônica da propensão a poupar ser mais forte que o incentivo ao investimento. A fraqueza do incentivo ao investimento tem sido, em todos os tempos, a chave do problema econômico." (C.W. VII, p.34)

Parece difícil, mesmo aos olhos de um adepto da teoria Keynesiana, encontrar justificativa para a existência de uma tendência através da história humana para a propensão a poupar ser maior que a de investir. Nesse sentido Heckscher está justificado em concluir que:

"Raramente um trabalho com pretensões de aplicabilidade universal esteve baseado em tal medida em um único ponto de vista estreito." (Heckscher 1955, p.358)

Assim, Heckscher procurou demonstrar em seu apêndice que a interpretação de Keynes na *Teoria Geral* é distorcida do ponto de vista histórico, contrariamente ao que ele afirmara no início do capítulo:

"Minha única objeção à sua reprodução do quadro que construí, é apontar que

⁹ A atuação de Keynes no que tange uma política de controle populacional não foi expressiva, sendo as discussões no âmbito do programa do partido Liberal para as eleições gerais de 1929, uma continuação dos debates feitos na escola de verão do Partido em 1925. Harrod(1951, pp.362-4)

¹⁰ Heckscher(1955) vol.II, pp.340-358.

ela inclui apenas aquelas partes da teoria mercantilista que acabam por coincidir com sua própria análise do comportamento econômico." (Heckscher 1955, p.340)

Mas o principal objetivo deste artigo não foi discutir a qualidade histórica das reconstruções de Keynes, mas sim mostrar como essas reconstruções compõe a estratégia argumentativa adotada por Keynes no plano da Doutrina. Keynes escolhe o mote da luta contra a "ortodoxia" na teoria econômica, nas políticas econômicas, e guia o leitor da **Teoria Geral** no sentido de que o livro busca de uma nova forma de encarar os problemas econômicos, uma nova doutrina.

Bibliografia

- ANNAN, N. 1990. **Our Age: Portrait of a Generation**. London: Weidenfeld and Nicolson.
- Erro! Indicador não definido.** ANUATTI, F. 1991. "Keynes' Theory of Rational Persuasion". Paper presented at the Workshop: **Ontological Pressuppositions of Different Economists**. Cambridge: Faculty of Economics and Politics - University of Cambridge. Mimeo. **Erro! Indicador não definido.**
- BATEMAN, B. & DAVIS, J.(eds.) 1991. **Keynes and Philosophy: essays on the origin of Keynes's thought**. Aldershot: Edward Elgar.
- BLAUG, M. 1991. "Second Thoughts on the Keynesian Revolution." **History of Political Economy**, 23(2):171-192.
- BUCHANAN, J., R. WAGNER, J. BURTON. 1978. "The Consequences of Lord Keynes: an analysis of the misuse of economic theory for political profiteering with proposals for constitutional disciplines." London: **Institute of Economic Affairs**: Hobart Paper 78.
- CLARKE, P.F. 1988. **The Keynesian Revolution in the Making: 1924-1936**. Oxford: Clarendon Press.
- FURNER, M.O. & SUPPLE, B.(eds.) 1990. **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**. Cambridge: Woodrow Wilson International Center for Scholars and Cambridge University Press.
- FURNER, M.O. & SUPPLE, B. 1990. "Ideas, institutions and state in the United States and Britain: an introduction." In Furner and Supple 1990, **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**. Cambridge: Woodrow Wilson International Center for scholars and Cambridge University Press, pp.3-39.
- HALL, P.(Ed.).1989. **The Political Power of Economic Ideas**. Princeton: Princeton University Press.
- HARROD, R. 1951. **The Life of John Maynard Keynes**. New York: W.W.Norton & Company.
- HHECKSCHER, E. 1955. **Mercantilism**. Revised Edition. London: George Allen & Unwin Ltd.
- HICKS, J. 1974. **The Crisis of Keynesian Economics**. Oxford: Basil Blackwell.
- Erro! Indicador não definido.** HICKS, J. 1976. "On Keynesian Revolution", in Spiro Latis(ed.), **Method and Appraisal in Economics**. **Erro! Indicador não definido.** Cambridge: Cambridge University Press.
- HICKS, J. 1989. **The Market Theory of Money**. Oxford: Clarendon Press.
- Erro! Indicador não definido.** HICKS, U. 1954. **British Public Finances: their structure and development, 1880-1952**. London: Oxford University Press. **Erro! Indicador não definido.**
- HOWSON, S. 1975. **Domestic Monetary Management in Britain 1919-1938**. Cambridge:

- Cambridge University Press. University of Cambridge, Department of Applied Economics; Occasional Papers - 48.
- HOWSON, S. 1981. "Slump and Unemployment". In R.C. Floud and D.N. McCloskey (eds.), **The Economic History of Britain Since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, pp.263-85, 2 volumes.
- KEYNES, J.M. 1923. **Tract on Monetary Reform**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume IV (1971). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1930. **Treatise on Money**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volumes V & VI (1971). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1931. **Essays in Persuasion**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume IX (1972). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1933. **Essays on Biography**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume X (1972). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1936. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume VII (1973). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1973. **The General Theory and After: Preparations**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XIII. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1973. **The General Theory and After: Defense and Development**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XIV. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1979. **The General Theory and After: A Supplement**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XXIX. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1981. **Activities 1922-1929: The Return to Gold and Industrial Policy - Parts I and II**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XIX. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1981. **Activities 1929-1931: Rethinking Employment and Unemployment Policies**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XX. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1982. **Activities 1931-1939: World Crisis and Policies in Britain and America**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XXI. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1982. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Mario da Cruz e revisão técnica de Cláudio Contador. São Paulo: Atlas.
- Erro! Indicador não definido.** **Erro! Indicador não definido.** MIDDLETON, R. 1982. "The Treasury in the 1930s: Political and Administrative Constraints to Acceptance of the 'New' Economics", **Oxford Economic Papers**. Volume 34, pp.48-77.
- MOGGRIDGE, D. 1980. **Keynes**. 2nd edition. London: Fontana/Collins.
- PATINKIN, D. 1976. **Keynes' Monetary Thought: A study of its development**. Durham, N.C. : Duke University Press.
- Erro! Indicador não definido.** **Erro! Indicador não definido.** PEDEN, G.C. 1990. "Old Dogs and new tricks: the British Treasury and Keynesian economics in the 1940s and 1950s." In Furner & Supple 1990 (eds.), **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**. Cambridge: Woodrow Wilson International Center for Scholars and Cambridge University Press, pp.208-238.
- ROBBINS, L. 1971. **Autobiography of an Economist**. London: Macmillan.
- SKIDELSKY, R.(ed.) 1977. **The End of Keynesian Era : Essays on the disintegration of Keynesian political economy**. London: Macmillan.
- SKIDELSKY, R. 1983. **John Maynard Keynes: Hopes Betrayed, 1883-1920**. London: Macmillan.
- SZMRECSÁNYI, T.(org.) 1984. **John Maynard Keynes: economia**. Grandes Cientistas

Sociais: 6. São Paulo: Ática.

THIRWALL, A.P.(ed.) 1982. **Keynes as a Policy Advisor**. London: Macmillan.

WILSON, D. (1975) "Keynes as a historian". In Milo Keynes (ed.) 1975. **Essays on John Maynard Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press.

WINCH, D. 1989. "Keynes, Keynesianism and State Intervention". In Peter Hall (ed.). **The Political Power of Economic Ideas**. Princeton: Princeton University Press.

WINCH, D. 1990. "Economic Knowledge and government in Britain: some historical and comparative reflections." In Furner and Supple (eds.) 1990, **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**.Cambridge: Woodrow Wilson International Center for scholars and Cambridge University Press pp.40-70.